

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.394.039 - SP (2018/0290165-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : ARAGUAIA ENGENHARIA LTDA
ADVOGADOS : SARAH DE OLIVEIRA PEREZ - MG097883
WHELLITON RIBEIRO E OUTRO(S) - MG064732
MARCO AURELIO ALVES DE OLIVEIRA - MG141627
DIOGO AUGUSTO DEBS HEMMER - SP382645
BRUNO QUEIROZ DE VASCONCELOS FINOTTI - MG175886
AGRAVANTE : NOVAPORTFOLIO PARTICIPACOES S.A
ADVOGADOS : CARLOS DAVID ALBUQUERQUE BRAGA - SP132306
TIAGO SCHREINER GARCEZ LOPES - SP194583
MÉRIELEN DAL RI ZIVIANI E OUTRO(S) - SP271586
DIOGO OLIVEIRA - SP345244
AGRAVADO : ARAGUAIA ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO : DIOGO AUGUSTO DEBS HEMMER - SP382645
AGRAVADO : NOVAPORTFOLIO PARTICIPACOES S.A
ADVOGADOS : FABIO ROSAS - SP131524
CARLOS DAVID ALBUQUERQUE BRAGA - SP132306
MÉRIELEN DAL RI ZIVIANI E OUTRO(S) - SP271586
AGRAVADO : MASSA FALIDA DO BANCO BVA S.A
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO RAMOS PEREDA SILVEIRA - SP282785

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial interposto por ARAGUAIA ENGENHARIA LTDA, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado:

"Apelação Cível. Embargos à Execução. Sentença de parcial procedência. Inconformismo de ambas as partes. Diferimento de custas concedido à embargante que se refere, apenas, às iniciais. Ausência de recolhimento do preparo. Determinação para recolhimento do valor em dobro, pena de não conhecimento do recurso. Solicitação não atendida.

Recurso deserto não conhecido. Embargada que sustenta a legalidade da CDI e ausência de limitação da taxa de juros às instituições financeiras. Coluna de valores "juros" não prevista em contrato que deve ser afastada. Sucumbência recíproca. Sentença parcialmente reformada. Recurso da embargante não conhecido. Recurso da embargada provido em parte mínima." (fl. 896).

Opostos embargos de declaração por ambas as partes, restaram rejeitados.

A parte recorrente aponta ofensa aos arts. 489, § 1º, IV, do NCPC/2015, afirmando negativa de prestação jurisdicional ante a inexistência de pedido no que tange à substituição da CDI por correção monetária pelos índices divulgados pelos TJSP.

Afirma que "justifica-se a interposição do presente recurso especial para que esta corte superior se pronuncie acerca de que se também ser substituídos/excluídos/compensados os índices de indexação do (CDI) nos contratos pretéritos firmados entre as partes" (fl. 940).

É o relatório. Passo a decidir.

Com efeito, ao apontar violação ao art. 489, § 1º, IV, do NCPC/2015, a recorrente sustenta que, ao reconhecer a ilegalidade da utilização da CDI como indexador de correção monetária, não há falar em substituição do referido índice por qualquer outro, por não haver pactuação ou pedido neste sentido, sob pena de violação do art. 492 do CPC. Afirma, ainda, que não houve manifestação acerca da amplitude decisão, para que seja extensível aos contratos firmados anteriormente. O TJ-SP, por sua vez, assim consignou sobre o assunto no julgamento proferido em sede de embargos (fls. 1.418/1.419):

"As questões apontadas pela embargante já receberam tratamento e valoração, tudo estando bem exposto.

O v. aresto apontou expressamente que, não obstante tenham sido previstos contratualmente os encargos remuneratórios pelo CDI, divulgado pela CETIP, semelhante convenção padece de ilegalidade, tanto no período de normalidade como na inadimplência.

O índice não pode ser aplicado em relações com particulares, conforme Súmula 176 do STJ, que prevê ser "nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID-CETIP", de modo que esta foi afastada como taxa de juros remuneratórios.

Notadamente, por se tratar de índice que não consubstancia fator de atualização, mas, sim, exprime rentabilidade de aplicações em fundos de investimento, consistindo, por isso, no parâmetro observado em determinadas operações entre instituições financeiras.

No contrato não ficou claro o papel do CDI. No preâmbulo (fl. 718) ela se encontra prevista sob o título de encargos financeiros pós-fixados e, nas cláusulas contratuais não existe a nomeação clara do CDI como juros remuneratórios.

Contudo, a embargada aduziu ser "imprescindível para o

equilíbrio contratual, que se mantenha a correção monetária pelo CDI (no caso a coluna 'juros')” (fl. 794).

E detalhou os motivos para tanto.

Portanto, não se permite a incidência do CDI como indexador. Respeitados os juros nas taxas mensais e anuais expressamente previstos, eventual atualização do débito deverá obedecer aos índices da Tabela Prática do Tribunal de Justiça.

E nem há que se falar em amplitude da decisão para atingir contratos que não foram demandados na execução.

Desse modo, remanesce um inconformismo impróprio à natureza do recurso trazido para a resposta que se deseja. A embargante deve, portanto, se valer de recurso que tenha essa propriedade”.

O entendimento deste Sodalício, outrossim, firmou-se no sentido de que *"Não há violação do art. 489 do CPC/15 (art. 458 do antigo CPC) quando, rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame é devidamente enfrentada pelo Tribunal a quo, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente."* (AgInt no AREsp 1068255/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 09/08/2017)

Na mesma direção:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. PÓS-QUESTIONAMENTO. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação dos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio - tal como lhe foram postas e submetidas -, apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes, à formação do juízo cognitivo proferido na espécie.

2. A pretensão de ver analisados argumentos não veiculados anteriormente, mas trazidos somente com a oposição de embargos de declaração, não configura prequestionamento, e sim pós-questionamento. Por essa razão, a ausência de manifestação do Tribunal sobre a questão não implica violação ao disposto nos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil. Incidência da Súmula 211/STJ.

3. O Tribunal de origem consigna a inexistência do dever de

indenizar, pois o recorrente não comprovou a utilização da área arrendada à recorrida para pecuária, em desacordo com o que foi pactuado entre as partes. Além disso, o recorrido desocupou o bem arrendado no mês seguinte ao desfecho da ação de despejo, e efetuou a devida contrapartida pecuniária pelos anos de posse durante o trâmite da ação. A reforma do aresto, nestes aspectos, demanda inegável necessidade de reexame de matéria probatória, providência inviável de ser adotada em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

4. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1032480/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 09/08/2017)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE TELEFONIA MÓVEL. PRESCRIÇÃO. COISA JULGADA. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. . MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há que falar em violação do art. 535 Código de Processo Civil/73 e art.1022 do Novo Código de Processo Civil. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

2. No presente caso, constato que o acolhimento da pretensão recursal, por qualquer das alíneas do permissivo constitucional, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ.

3. O entendimento da Corte estadual encontra-se em harmonia com a jurisprudência consolidada neste Sodalício, no sentido de que considerar possível em exceção de pré-executividade a arguição de prescrição do título executivo . Precedentes.

4. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 982.508/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 17/03/2017)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. INEXISTÊNCIA. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CARACTERIZADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. De acordo com o entendimento jurisprudencial pacífico desta Corte Superior, não há violação do art. 535 do CPC/1973 nos casos em que o acórdão recorrido resolve com coerência e clareza os pontos controvertidos que foram postos à apreciação da Corte de origem, examinando as questões cruciais ao resultado do julgamento.

2. "Se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

3. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1001737/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 21/02/2017)

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE PROCESSAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 182 DO STJ. AUSÊNCIA DE VÍCIO NO JULGADO. INSATISFAÇÃO COM O DESLINDE DA CAUSA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. PRONUNCIAMENTO. INADMISSIBILIDADE.

1. Depreende-se dos autos que o ponto da controvérsia está na insatisfação com o deslinde da causa. O acórdão embargado encontra-se suficientemente discutido, fundamentado e de acordo com a jurisprudência desta Corte, não ensejando, assim, o seu acolhimento.

2. É evidente a pretensão infringente buscada pelo embargante, com a oposição destes embargos declaratórios, uma vez que pretende ver alterada a decisão que não conheceu do agravo em recurso especial, por incidência da Súmula 182/STJ.

3. Na verdade, a questão não foi decidida conforme objetivava o embargante, uma vez que foi aplicado entendimento diverso. É sabido que o juiz não fica obrigado a manifestar-se sobre todas as alegações das partes, nem a ater-se aos fundamentos indicados por elas, ou a responder, um a um, a todos os seus argumentos quando já encontrou motivo suficiente para fundamentar a decisão, o que de fato ocorreu.

4. Não cabe ao STJ examinar, na via especial, ainda que a título de prequestionamento, eventual violação de dispositivo

Superior Tribunal de Justiça

constitucional, por ser de competência reservada pela Constituição da República ao Supremo Tribunal Federal. Embargos de declaração rejeitados."

(EDcl no AgRg no AREsp n. 574.317/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 10/3/2015, DJe 13/3/2015)

Ante o exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 19 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator